

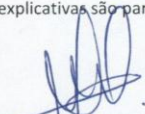
BALANÇO PATRIMONIAL

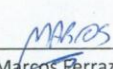
Em reais


ATIVO	nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		1.737.363	1.096.570
Caixa e equivalentes de caixa	4	448.711	149.111
Contas a receber	5	779.900	602.166
Estoques	6	357.254	270.875
Outros créditos	5	11.883	15.842
Despesas pagas antecipadamente	7	139.616	58.577
Não Circulante		3.597.828	3.265.252
Realizável a longo prazo	8	309.381	52.168
Imobilizado	9	3.283.197	3.206.334
Intangível	10	5.250	6.750
TOTAL DO ATIVO		5.335.192	4.361.822

PASSIVO	nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		3.501.043	2.476.265
Empréstimos	12	402.073	258.365
Fornecedores	13	1.582.622	897.205
Obrigações tributárias	14	148.108	137.248
Parcelamentos tributários	11	112.178	136.730
Obrigações sociais e trabalhistas	15	495.374	521.863
Subvenções a realizar	16	522.294	330.000
subvenções realizadas	16	40.320	50.400
Contas a pagar	17	193.395	76.795
Parcelamento Honorários Médicos	18	4.679	67.659
Não Circulante		1.274.876	1.148.526
Parcelamentos tributários	11	459.139	567.774
Contingências trabalhistas	19	559.459	560.009
Parcelamento Honorários Médicos	18	-	4.679
Contingências cíveis	19	16.065	16.065
Subvenções a realizar		240.213	-
Patrimônio Social		559.272	737.031
Patrimônio social		559.272	737.031
TOTAL DO PASSIVO		5.335.192	4.361.822

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


 André Luiz Lourenço Nevack
 Provedor


 Antônio Marcos Ferraz
 Contador
 CRC:1SP288295/O-0



 Heverton Candido de Paiva


**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Em reais


		31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS		8.260.385	8.623.968
Receitas Operacionais		7.092.875	7.183.440
Fundo Munic. Saude Gov. Buritama-SUS	22	3.396.826	4.109.345
Subvenção Munic. Saude Gov. Buritama-SUS	22	1.302.135	870.898
Subvenção Munic. Saude Gov. Zacarias-SUS	22	151.256	72.000
Subvenção Munic. Saude Gov. Brejo Alegre-SUS	22	274.964	180.000
Subvenção Munic. Saude Gov. Lourdes-SUS	22	226.753	210.000
Subvenção Munic. Saude Gov. Turiuba-SUS	22	74.224	24.180
Receitas de pacientes Convênios	22	1.000.806	977.950
Receitas de pacientes Particulares	22	256.981	254.364
Glosas	22	(24.474)	(23.240)
Receitas com Isenção			
Isenção Usufruída da Cota Patronal	24	433.404	507.943
Receitas Financeiras		82.619	55.999
Financeiras		82.619	55.999
Receitas Diversas		1.084.891	1.384.530
Recuperação de despesas		2.598	988
Doações, Incentivos e Campanhas	20	232.727	244.585
Subvenções Estaduais e Federais	21	625.866	636.033
Outras Subvenções		223.699	502.924
DESPESAS		8.703.054	8.792.533
Despesas Operacionais		8.448.411	8.616.683
Despesas com pessoal		1.642.518	1.792.511
Despesas administrativas e gerais		859.707	516.474
Serviços prestados por terceiros		4.352.272	4.852.000
Materiais, Medicamentos e Gen. Alimentícios		1.160.510	947.755
Despesas com INSS			
INSS Patronal	24	433.404	507.943
Despesas Financeiras		93.781	56.227
Financeiras		93.781	56.227
Despesas Diversas		160.862	119.623
Impostos e taxas		25.360	29.685
Var. monet. parc. impostos		29.718	-
Depreciações		105.785	89.938
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(442.669)	(168.565)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


André Luiz Lourenço Nevack
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador

CRC:1SP288295/O-0



Heverton Candido de Paiva
Tesoureira

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011**


Em reais

PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>nota explicativa</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
No início do exercício		737.031	655.806
Ajustes de exercícios anteriores	25	264.910	249.790
Déficit do exercício		(442.669)	(168.565)
No final do exercício		559.272	737.031


As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.



André Luiz Lourenço Nevack
Provedor



Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0



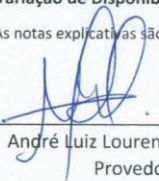
Heverton Candido de Paiva
Tesoureira


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(método indireto)


ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2012	31/12/2011
Deficit do exercício	(442.669)	(168.565)
depreciações	105.785	89.938
Ajuste exercício anterior	264.910	249.790
Origens Geradas pelas operações	(71.974)	171.163
(-) aumento do ativo circulante	(341.193)	(794.917)
Contas a receber	(177.734)	(519.058)
Estoque	(86.379)	(214.651)
Outros Créditos	3.959	(2.631)
Despesas pagas antecipadamente	(81.039)	(58.577)
(+) aumento do passivo circulante	1.024.778	894.485
Empréstimo	143.708	150.751
Fornecedores	685.417	673.325
Obrigações tributárias	10.860	248
Parcelamentos tributários	(24.552)	(36.149)
Obrigações sociais e trabalhistas	(26.489)	36.050
Subvenções a realizar	192.294	(72.000)
Subvenções realizadas	(10.080)	50.400
Contas a pagar	116.600	24.201
Parcelamento Hon. Médicos	(62.980)	67.659
Disponibilidades geradas pelas operações	611.611	270.731
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Varição do realizável a longo prazo	(257.213)	36.544
Varição do passivo não circulante	126.350	(473.529)
Total das Atividades de Financiamentos	(130.863)	(436.985)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(181.148)	(245.458)
Alienação de bens	-	101
Total das Atividades de Investimentos	(181.148)	(245.357)
Varição de Disponibilidades	299.600	(411.611)
Saldo de Disponibilidades no início do exercício	149.111	560.722
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	448.711	149.111
Varição de Disponibilidades	299.600	(411.611)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.


André Luiz Lourenço Nevack
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador

CRC:1SP288295/O-0


Heverton Candido de Paiva
Tesoureira

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em reais)**

1) A ENTIDADE

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública concedido pelas autoridades federais, estaduais e municipais, também está registrada no CNES n.º 2079461 e com certificação de estabelecimento de entidade beneficente de assistência social em saúde conforme portaria SAS/MS 0782 publicado no D.O.U em 10/08/2012.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleita pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução CFC 877/00 que aprovou NBCT 10.19, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria em 29/04/2012.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior

nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Foram avaliados pelo custo de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde – SUS, convênios médicos privados, particulares e subvenções municipais.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.
- i. **Ativo Não Circulante**
- j. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- k. **Intangível** - Inclui direitos de uso de “software”, sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- l. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- m. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- n. **Provisão de férias** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- o. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2012	2011
Caixa	3.104	1.638
Bancos conta movimentos	9.998	6.415
Aplicações financeiras	<u>435.609</u>	<u>141.058</u>
Total	448.711	149.111

Obs: dos valores em aplicações:
R\$242.133,98 são vinculados a
convênios estaduais.

5) CONTAS A RECEBER

Descrição	2012	2011
Fundo Municipal Saúde Buritama-SUS	570.040	442.258
Subv.Prefeitura de Buritama	0	10.516
Subv.Prefeitura de Lourdes	38.364	-
Convênios	157.587	149.392
Particulares	3.752	-
IntegraSUS	2.198	-
Total	771.941	602.166
Outros créditos	11.883	15.842

6) ESTOQUES

Com o sistema MV2000i, o trabalho de cotas de abastecimentos e os treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também conta com o sistema de compras online da Bionexo.

Descrição	2012	2011
Drogas e Medicamentos	218.185	153.803
Material Hospitalar	121.070	90.915
Material Administrativo	5.162	9.385
Material Higiene e Limpeza	5.818	10.163
Manutenção Geral	543	1.201
Material para Cozinha	2.721	1.874
Gêneros Alimentícios	3.647	3.534
Empréstimos concedidos	108	-
Total	357.254	270.875

7) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE - JUROS A VENCER

O valor de **(R\$139.588,33)** corresponde aos juros de 29 parcelas restantes do empréstimo feito junto ao Bicbanco em 36x com término em 15/05/2015. **(R\$27,37)** corresponde a última parcela de assinatura de revista.

8) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os processos cíveis e trabalhistas ainda estão tramitando. O INSS refere-se a depósitos mensais em juízo até que saia o parcelamento.

Descrição	2012	2011
Subvenções à Realizar	240.213	0
Depósitos judiciais – cíveis	500	500
Depósitos judiciais – trabalhistas	43.558	38.558
Depósitos judiciais – INSS	25.110	13.110
Total	309.381	52.168

9) IMOBILIZADO

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2012	2011
Terreno	-	598.294	598.294
Imóveis	4%	1.883.949	1.883.949
Equip. médicos e aparelhos	10%	280.968	240.968
Móveis e utensílios	10%	305.199	298.882
Equipamentos hospitalares	10%	136.155	35.050
Veículos	20%	80.762	80.762
Equipamentos de informática	20%	171.894	170.066
Máquinas e equipamentos	10%	233.775	229.877
Equipamentos de segurança	10%	2.869	2.869
Linha telefônica	10%	1.110	1.110
Construções em andamento	-	-	-
Projeto Futuro Fase A-em Andamamento	-	254.147	226.147
Total do imobilizado		3.949.122	3.767.974
(-) Depreciações Acumuladas		665.925	561.640
Total do imobilizado líquido		3.283.197	3.206.334

A evolução ocorrida às contas de Imobilizado em 2012 foi à seguinte:
Movimentação do custo

Descrição	2011		2012		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terreno	598.294	-	-	-	598.294
Imóveis	1.883.949	-	-	-	1.883.949
Móveis e Utensílios	298.882	6.317	-	-	305.199
Equip. médicos e hospit.	276.018	141.105	-	-	417.123
Veículos	80.762	-	-	-	80.762
Equip. de informática	170.066	1.828	-	-	171.894
Máquinas e equip.	229.877	3.898	-	-	233.775
Equip. de segurança	2.869	-	-	-	2.869
Equipamento Telefônico	1.110	-	-	-	1.110
Construções andamento	226.147	28.000	-	-	254.147
Totais	3.767.974	181.148	-	-	3.949.122

10) INTANGÍVEL

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2012	2011
Softwares	10%	7.500	7.500
(-) Depreciações Acumuladas		2.250	750
Total do Intangível		5.250	6.750

11) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	<u>CURTO PRAZO</u>	<u>LONGO PRAZO</u>
Parcel. IRF/PIS/CSRF-Proc.400133/2009	41.462	-
Parcelamento de IRF-Proc.5.079/2008-21	16.646	2.627
Parcelamento de Cofins-Proc.2332/2007	22.817	271.025
Parcelamento de FGTS de 2005	1.422	8.314
Parcelamento de IRRF-Proc.2332/2007	12.941	153.718
Parcelamento de Pis-Proc.2332/2007	3.604	14.127
Parcel. PIS/COFINS/CSL-400.059/2010	13.286	9.328
TOTAL	112.178	459.139

12) EMPRÉSTIMOS

Descrição	2012	2011
Bicbanco (36x Jrs.24,6%a.a e 1,85% a.m.(saldo 29 parc.)	402.073	258.365
Total	402.073	258.365

13) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais ou serviços no valor de **(R\$1.582.622)** sendo **(R\$401.312)** referentes aos serviços de glaucoma da Oftalmo prest nos meses 10, 11 e 12/2011 que foram repassados pelo Estado no exercício de 2013.

14) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2012	2011
IRRF a recolher	44.107	44.624
PIS a recolher	980	942
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher (pedido parcelamento, aguardando deferimento).	101.548	91.655
ISS	1.473	27
Total	148.108	137.248

15) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2012	2011
Salários a pagar	68.763	68.878
Rescisões	3.045	-
INSS a recolher (pedido parcelamento, aguardando deferimento)	230.646	218.731
FGTS a recolher	15.263	11.650
Provisão de férias	149.496	162.723
FGTS s/ Provisão férias	11.959	13.018
PIS s/ Provisão Férias	1.495	1.627
Provisão 13º salário	-	31.735
INSS s/13º salário	8.232	9.592
Outras	6.475	3.909
Total	495.374	521.863

16) SUBVENÇÕES A REALIZAR E REALIZADAS

- O valor da subvenção de **(R\$330.000)** para reforma e ampliação esta contabilizado em subvenções a realizar aguardando sua conclusão.
- O valor de **(R\$40.320)** refere-se ao saldo de subvenção para compra de equipamentos de informática realizada em 2010 e que esta sendo depreciado e reconhecido a receita mensalmente.
- O valor de **(R\$92.295)** refere-se a uma subvenção TA 02/2012 de **(R\$150.000)** para construção de vestiário iniciada em 2012 que será concluída em 2013.
- O valor de **(R\$100.000,00)** refere-se a uma subvenção 1210/2010 para compra de equipamento que ainda não foi realizada.

17) CONTAS A PAGAR

- O valor de **(R\$193.395)** refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar de 2012.

18) PARCELAMENTO HONORÁRIOS MÉDICOS

- O valor de **(R\$4.579)** (saldo de 01 parcela de um montante de R\$87.080 dividido em 20 parcelas referentes a honorários médicos devidos à Oftalmo Prest no ano 2010.)

19) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS e CÍVEIS

Foi constituída em 2010 as provisões para contingências no montante julgado necessário, de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figurava como ré. Em 2011 a entidade realizou todos os ajustes necessários dos processos existentes de acordo com a avaliação e relatório fornecido pela assessoria jurídica. Em 2012 não houve alterações concretas.

Descrição	2012	2011
saldo anterior	560.009	720.126
Ações trabalhistas	(550)	52.585
Pagamentos de Acordos		(15.950)
Estorno Provisões (cfe. assessoria jurídica)		(196.752)
saldo atual	559.459	560.009
Ações Cíveis	16.065	16.065

20) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos Cupons Fiscais	51.603	18.673
Doações Particulares	47.960	30.959
Leilões, Festas Culturais e Rifas	101.587	162.485
Patrocínios Jornal Informativo	2.900	3.700
Desconto/doação de energia	26.876	25.899
Outras	1.800	2.869
Total	232.727	244.585

21) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Secretaria Estadual Saúde	-	50.000
IntegraSUS	26.374	28.572
Cartórios (lei 11.021-2001)	7.992	11.461
Pró-Santa Casa II	591.500	546.000
Total	625.866	636.033

22) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>%</u>	<u>2011</u>	<u>%</u>
SUS	5.426.158	82%	5.466.423	82%
NÃO SUS (Convs./partics.(-)glosas)	1.233.313	18%	1.209.074	18%
Total	6.659.471	100%	6.675.497	100%

23) EMENDAS ESTADUAIS P/ INVESTIMENTO

<u>Nome</u>	<u>Objeto da Proposta</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
DRS-II	Construção vestiário	150.000	-
Total		150.000	-



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJD n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

24) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2011 e de 2010:

Descrição	2011	
BASE - Ordenados e salários	1.340.024	1.484.080
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (27,80%)	372.527	412.574
BASE - Autônomos	304.386	476.843
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (20%)	60.877	95.369
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	433.404	507.943

25) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São ajustes em receitas e despesas que nos exercícios anteriores não foram contabilizadas no período ou indevidamente. Os ajustes efetuados estão resumidos abaixo:

Descrição	2012	2011
Receitas com Faturamento	(275.561)	(91.551)
Contingências trabalhistas		(168.514)
Contingências cíveis		(24.000)
Provisão de férias		(4.046)
Encargos financeiros		(5)
Fornecedores e serviços	10.313	(2.461)
Tributos		(765)
Obrigações c/pessoal	465	(346)
Subvenções		1.385
Depreciação da subvenção		(7.200)
Honorários Médicos-Parcelamento		47.713
Outras despesas	(129)	
total	(264.910)	(249.790)

Do valor (R\$275.561) de receitas com faturamento, (R\$111.039,24) corresponde a um aditamento do contrato 85 de 2011-Buritama e (R\$160.969,08) a parcela do MAC 12/2011.

26) COBERTURA DE SEGUROS


A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.

27) PATRIMÔNIO SOCIAL


Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

28) OUTRAS INFORMAÇÕES

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.



André Luiz Lourenço Nevack
Provedor



Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:1SP288295/O-0



Heverton Candido de Paiva
Tesoureira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À diretoria do
SANTA CASA DE MISERICÓRIDA SÃO FRANCISCO
Buritama – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DE MISERICÓRIDA SÃO FRANCISCO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da SANTA CASA DE MISERICÓRIDA SÃO FRANCISCO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da SANTA CASA DE MISERICÓRIDA SÃO FRANCISCO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Bases para opinião com ressalvas

A Entidade não realizou, no decorrer do exercício de 2012, o teste de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados, conforme definido pela NBC TG 01 em seu item 09. Por isso, nosso trabalho ficou limitado quanto à possibilidade de aferirmos a exatidão dos valores deste grupo que, em 31 de dezembro de 2012, montava em R\$ 3.288.447, e o reflexo do cálculo da depreciação sobre o resultado do exercício e o patrimônio social da Entidade.

Apesar de a Entidade efetuar a apropriação mensal dos encargos de depreciação, a mesma não possui um controle interno individualizado dos bens que compõe o grupo do Ativo Imobilizado, portanto, nosso trabalho ficou limitado quanto a possibilidade de aferirmos a exatidão dos valores deste grupo e o reflexo do cálculo da depreciação sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Entidade.

Pelo fato da Entidade não realizar controle da conta dos encargos financeiros dos débitos referentes aos parcelamentos de tributos, nem manter atualizado os demais tributos e encargos sociais a recolher devidos em 31 de dezembro de 2012, o escopo de nossos trabalhos ficou limitado e não temos como opinar sobre o total dos parcelamentos, encargos e tributos sociais a recolher no montante de R\$ 973.567, sendo registrado no passivo circulante o valor de R\$ 514.428 e no passivo não circulante o valor de R\$ 459.139. Consequentemente, o passivo circulante e não circulante da Entidade, encontra-se a menor, enquanto o resultado do exercício e o patrimônio líquido encontram-se a maior, não sendo possível apurar os reflexos nas demonstrações financeiras.


Opinião

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Bases para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE MISERICÓRIDA SÃO FRANCISCO, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações financeiras do exercício de 2011, apresentadas de forma conjunta para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores que ressaltaram composições analíticas de contas no Ativo e Passivo, em relatório datado em 29 de março de 2012.

Araçatuba, 29 de abril de 2013.



Elizeu de Azevedo
Contador CRC 15R076962/0-9